

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PARATIBE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA E.M.E.F. ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO, JOÃO PESSOA - PB

THE USE OF MEDICAL PLANTS IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF PARATIBE: A REPORT OF EXPERIENCE AT E.M.E.F. ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO, JOÃO PESSOA - PB

Iany Elizabeth da Costa

Universidade Federal da Paraíba (UFPB/PMJP)
ianyelizabeth@hotmail.com

Lucas Lopes Oliveira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
lucasoliveira.sol74@gmail.com

Resumo: *O presente relato de experiência trata-se de uma interpelação entre o saber popular e o saber da escola vivenciado a partir de uma abordagem pedagógica na qual o conhecimento popular da Comunidade Quilombola de Paratibe sobre as práticas de cura popular, bem como a valorização do conhecimento dos mais velhos, foi associado ao saber da EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, situada na área do quilombo, visando com isso fomentar no alunado o conhecimento e o respeito a essa tradição. Neste sentido, buscou-se nas falas de uma antiga moradora da comunidade, um diálogo sobre o potencial das ervas de cura e sua importância histórica na preservação da cultura de quilombo, como expressão do saber popular, por meio das reflexões sobre a medicina popular, as práticas do corpo na modernidade e a valorização da cultura afro-brasileira, desmistificando o preconceito e a ideia que escola detém o saber, sendo assim, essa experiência possibilitou ao alunado outros olhares sobre os saberes de cura no quilombo, combatendo o preconceito, por meio, de um viés educacional antirracista, neste relato traremos da descrição desta vivência.*

Palavras-chaves: *Práticas de Cura; Educação Popular; Ervas Medicinais, Território Tradicional.*

Abstract: *The present report of experience is an interrelationship between the popular knowledge and the traditional school's knowledge. It was experienced from a pedagogical approach in which the popular knowledge of the Quilombola Community of Paratibe, about the practices of popular healing, as well as the valorization of knowledge of the older ones, was associated with the knowledge of EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, located in the area of the quilombo, with the purpose of fostering knowledge and respect for this tradition. In this sense, there is a dialogue about the potential of medicinal herbs and their historical importance in the preservation of quilombo culture as an expression of popular knowledge. So was reflected about the speeches of a old woman resident of the community, through reflections on popular medicine, the practices of the body in modernity and of Afro-Brazilian culture, demystifying prejudice of school about the popular knowledge, and thus, this experience enabled to students the opportunity looking at the knowledge of healing in the quilombo, fighting prejudice and efetiving an antiracist education. In this report we will bring the description of this experience.*

Keywords: *Healing Practices; Popular Education; Medicinal herbs; Traditional Territory.*

Introdução

A prática da utilização das plantas medicinais com fins terapêuticos são heranças culturais e históricas construídas no fazer social dos indivíduos nos primórdios e continuam na contemporaneidade presentes nas comunidades tradicionais, sendo objeto de vários estudos acadêmicos (MACEDO, CARVALHO, NOGUEIRA, 2002). Nesse sentido, o conhecimento acerca de plantas que curam foi sendo passado de geração em geração por meio da oralidade, os quilombos neste cenário, aparecem como espaços ancestrais dessa tradição empregada como uma alternativa para os cuidados primários em saúde e no tratamento de enfermidades, que por sua relevância devem integrar as discursões e os conhecimentos escolares. A Comunidade Quilombola de Paratibe, situada na zonal sul da cidade de João Pessoa – PB se constitui como nosso objeto de interesse pela

relação histórica com o território ancestral ocupado a mais de 200 anos (GONÇALVES, 2012), que se mistura a fundação da EMEF Antônia do Socorro Silva Machado (COSTA, 2016).

Realizamos, portanto, uma vivência sobre ervas medicinais e práticas de cura tradicionais da Comunidade Quilombola de Paratibe a partir da perspectiva da educação popular na busca da valorização dos saberes populares tradicionais da comunidade e na tentativa de construção de um conhecimento por meio da experiência dos mais velhos trazidos pela fala de uma mulher da própria comunidade, que relatou através de suas vivências as práticas de cura popular ancestrais da Comunidade Quilombola de Paratibe. A partir de reflexões sobre o lugar do conhecimento tradicional em medicina popular na sociedade moderna, sua afirmação histórica, importância e desafios, tratamos de relatar esta vivência a partir dos marcos teóricos da educação popular e da educação para as relações étnico-raciais.

As percepções sobre corpo, doença e saúde na modernidade: o lugar do saber popular nas práticas de cura.

Entre os discursos produzidos no campo epistemológico das práticas em saúde, na modernidade, o discurso biomédico¹ se tornou o saber hegemônico em termos de representação do corpo e da saúde, negando à existência de outras formas de cura, principalmente, a cura popular. Essa visão está diretamente relacionada às revoluções científicas do século XIX, no qual, surge um ser humano individual e novas formas de gestão dos corpos e das populações a partir das disciplinas e do biopoder (FOUCAULT, 2013; 2014). Esta nova forma de subjetivar a percepção do indivíduo sobre ele mesmo remodela antigas percepções sobre o corpo e sua relação com o meio que o cerca, que afastará as práticas sociais das ervas de curam (LE BRETON, 2011).

Dentro desse contexto os medicamentos da Era Moderna deixaram de ser uma produção artesanal ou dada pela natureza em forma de ervas, próprias das farmacopeias, e se representam como um produto de síntese laboratorial (GAUDILLIERE, 2010, p.24). Esse processo de transição é fruto da intervenção do discurso biomédico que criminalizou as práticas da medicina popular, deixando-as em segundo plano, ao dar preferência às substâncias sintetizadas em laboratórios. Segundo Machado (1978) no Brasil as grandes reformas sanitárias introduzidas no século XVIII, estabeleceram um controle social das práticas médicas que favoreceu a gradual perseguição das pessoas que faziam usos das ervas como práticas de curas ancestrais. Diniz (2011) destaca o caso do negro Pai Manoel perseguido durante a epidemia de Cólera no Recife Oitocentista, em virtude do prestígio das suas práticas de cura popular, frente à ineficiência das políticas médicas oficiais para lidar com a doença.

Embora historicamente essas práticas de cura popular, principalmente os fazeres medicinais instituídos pelo povo negro brasileiro, nos terreiros e quilombos, tenham sido perseguidos e criminalizados pelos discursos médicos e jurídicos hegemônicos. Tais saberes foram perpetuados por meio da oralidade, passando de geração em geração pelas populações tradicionais que na atualidade ainda os mantêm vivos, como alternativa aos medicamentos laboratoriais. Os quilombos nessa perspectiva carregam em sua raiz cultural os costumes de seus antepassados, sendo o conhecimento das ervas medicinais um reflexo disso, amplamente utilizado para a cura de enfermidades. Segundo Sales *et al.* (2009) os habitantes da comunidade conhecem perfeitamente as ervas e as utilizam, sabendo qual planta usar para determinada doença.

Esse conhecimento das ervas popularmente utilizadas nos quilombos brasileiros tem se tornado objeto de estudo de trabalhos acadêmicos e da sociedade civil que tem buscado nas plantas medicinais e nas suas potencialidades de cura através de fitoterápicos uma alternativa a prática medicamentosa laboratorial, associando esse interesse à visibilidade das práticas de cura presentes nas comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, conforme Ferreira *et al.* (2015, p.152):

O uso popular de plantas medicinais é uma prática antiga,

¹ Assim, ao se referir ao corpo hoje, Le Breton, argumenta sobre o discurso do saber-poder biomédico: "O saber biomédico é, de certa maneira, a representação oficial do corpo humano hoje, é ensinado nas universidades e sobre ele repousam os laboratórios de pesquisa, ele funda a medicina moderna... Mas trata-se de um elemento da cultura erudita, é um saber exotérico, muito pouco partilhado pelos contemporâneos" (LE BRETON, 2011 p.102)

que tem sido propagada oralmente por sucessivas gerações. Esse conhecimento é transmitido em todos os níveis da vida diária e não apenas no formal. A sua comunicação por meio da oralidade é uma das diferenças que o separa do científico, que é transmitido por meio da escrita. Nesse sentido, o conhecimento tradicional somente pode ser interpretado dentro do contexto cultural em que foi gerado. E em muitas comunidades tradicionais, o cultivo de plantas medicinais constitui-se como uma alternativa para os cuidados primários de saúde.

Essas práticas medicinais alternativas, protegidas juridicamente como conhecimentos tradicionais associados, representam um aspecto cultural de medicina popular e tradicional que “envolvem saberes empíricos, práticas, crenças e costumes passados de pais para filhos das comunidades indígenas ou de comunidade local (por exemplo, os ribeirinhos)” (JUNGMANN, 2010 p.79), que deixam de ser praticado apenas como uma alternativa aos setores de baixa renda para ganhar espaço em outros setores da sociedade. Chamando atenção do Estado para regulamentação de seu uso, que culminou na estruturação da política pública específica em âmbito nacional, expressa pelo Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Tendo como objetivo geral: “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (BRASIL, 2006).

O referido decreto também estabelece as diretrizes para a efetivação desta política pública. Neste sentido, as ações de um Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, guardam grande importância na revalorização dos conhecimentos tradicionais, do uso medicinal da nossa biodiversidade e na luta por uma política de saúde democrática e integrada a preservação das raízes ancestrais das comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e demais povos tradicionais.

As ações decorrentes desta política, manifestadas em um Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, serão imprescindíveis para a melhoria do acesso da população aos medicamentos, à inclusão social e regional, ao desenvolvimento industrial e tecnológico, além do uso sustentável da biodiversidade brasileira e da valorização, valorização e preservação do conhecimento tradicional associado das comunidades tradicionais e indígenas (BRASIL, 2006 p.20).

As comunidades tradicionais de quilombo constituem sua autoafirmação enquanto sujeitos de direitos, a partir, da relação com o território que ocupam historicamente (ARRUTI, 2006), sendo o conhecimento das ervas medicinais um dos modos de se relacionar com a natureza, em busca da cura, que estão submetidos diretamente aos ciclos naturais carregados de simbologia e ancestralidade. Conforme Cavaglier (2014) o conhecimento das ervas é um saber popular transmitido de geração em geração:

A qual mesmo com o avanço da medicina em diversas partes do mundo, no Brasil, as plantas medicinais costumam ser uma das alternativas para parte da população, principalmente a de baixa renda, devido a diversos fatores, dentre os quais, o custo alto dos medicamentos industrializados e o acesso restrito a um sistema de saúde de qualidade. Em contrapartida, o uso deste tipo de terapia tem crescido também entre as pessoas de maior poder aquisitivo, na busca por opções terapêuticas mais saudáveis (CAVAGLIER, 2014, p. 56).

Segundo Amorozo (1996) as comunidades de quilombo carregam um grande conhecimento sobre as ervas medicinais que sofrem constantes ameaça devido à medicina moderna e seu uso

indiscriminado de remédios laboratoriais, e principalmente, da falta de motivação da juventude quilombola em dar continuidade a esse saber. Por isso, a necessidade de abordagens pedagógicas nas escolas quilombolas que discutam essa problemática demonstrando a importância de se preservar esse conhecimento popular como um reflexo da própria continuidade da cultura de quilombo historicamente constituída por meio da oralidade.

Essa revalorização dos conhecimentos tradicionais perpassa pelo âmbito da educação dialogando principalmente com a Lei 10.639/03 e com as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica Quilombola (BRASIL, 2012), cujos seus objetivos permeiam a autoafirmação positiva do povo negro, por meio, da valorização das experiências afro-brasileiras na Diáspora. Sendo as práticas de cura remanescentes destas vivências negras uma importante ferramenta didática para o aprendizado da cultura afro-brasileira, no qual os quilombos aparecem como espaços de resistência cultural e simbólica onde o uso de ervas medicinais nos primeiros cuidados com saúde, permanecem vivos no saber popular dos anciões, estando presentes nos chás, nos lambedouros e nas garrafadas.

O trabalho com as ervas medicinais na sala de aula: relato das vivências quilombolas na EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, João Pessoa – PB.

Diante da compreensão da importância do conhecimento popular sobre ervas medicinais, presente na memória afetiva dos anciões do quilombo de Paratibe, João Pessoa – PB, inter-relacionado com nossa aproximação com esta comunidade desde o ano de 2012. Interessamo-nos em fomentar a ponte entre o saber popular do quilombo com o saber escolar, buscando destacar para os alunos do fundamental I da EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, situada na área deste quilombo, as seguintes questões: O que são ervas medicinais? Qual a importância de preservar esse conhecimento? E de que forma esse conhecimento foi constituído na comunidade quilombola de Paratibe?

Para isso, se faz necessário situar nosso campo de pesquisa, a Comunidade Quilombola de Paratibe, localizada na Zonal Sul da cidade de João Pessoa – PB, sendo composta atualmente por 200 famílias que habitam núcleos populacionais fragmentados dentro do território do antigo quilombo de Paratibe, devido ao processo de especulação imobiliária presente na localidade (COSTA, 2016), (CAVALCANTE, 2013), (GONÇALVES, 2012). Essa comunidade organizada em uma associação encontrasse em processo de reivindicação territorial iniciando no ano de 2009, por essa razão, a necessidade de se preservar as crenças nas ervas medicinais e o seu conhecimento não apenas para o grupo étnico, mas, para fomentar a valorização e o respeito a esses costumes.

Nesse sentido, o trabalho com o conhecimento das ervas medicinais que ora apresentamos foi realizado no mês de março de 2017, onde foram envolvidos no processo uma anciã da comunidade quilombola e 03 turmas das séries iniciais da EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, respectivamente do 3º, no total de 75 alunos, para isso, fizemos inicialmente um contato com a liderança do quilombo de Paratibe, visando levantar junto a ela quem eram as pessoas que tem esse conhecimento dentro da comunidade. Nosso objetivo naquele momento inicial era trazer estes sujeitos para a EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, para que pudesse ter um momento junto com os alunos de explicação da importância das ervas medicinais, suas funções na prática de cura e o porquê da necessidade de preservar esse conhecimento. A escolha da escola não foi aleatória, pois, esta possui uma relação histórica com o quilombo, cuja fundadora e patrona da mesma a professora Antônia do Socorro Silva Machado era moradora nesta comunidade conforme citam Costa (2016), Cavalcante (2013), e Gonçalves (2012).

Sendo a inter-relação entre o saber do quilombo e o saber da escola nossa proposta educativa, desse modo, acertado com a liderança quilombola, quem seria a anciã que nos ensinaria sobre os conhecimentos das ervas medicinais utilizadas pela comunidade, passamos para o segundo momento, no qual tivemos o contato com a direção da escola, que em conversa nos autorizou a realizarmos um bloco de aulas temáticas dentro da disciplina de Ensino Religioso juntamente com a professora titular. Demos continuidade ao nosso trabalho planejando como se dariam essa intervenção na escola e no quilombo simultaneamente, decidimos por conversar primeiro com a anciã Dona Silvinha indicada pela liderança quilombola, que nos recebeu muito bem, explicamos

a ela como seria a sua participação junto ao alunado da escola e ela se prontificou a fazer sua fala.

A partir dessa conversa construímos nosso plano de aula sobre a temática usando como referência a perspectiva da Educação Popular, onde o saber popular é valorizado, principalmente, quando nos atemos às práticas ancestrais historicamente construídas em territórios quilombolas, como o quilombo de Paratibe, no qual, o processo educativo popular ancestral, formado por vários elementos simbólicos quando atrelado ao saber escola, podem dialogar no sentido de construir uma prática pedagógica que valorize a preservação desse saber, visando desconstruir o preconceito dos discentes não quilombolas, de professores e demais agentes escolares.

Utilizamos também para compor nossa proposta às normativas de lei contidas nos artigos Constitucionais nº 68, nº 215 e nº 216 (BRASIL, 1988) que fazem referências diretas aos quilombolas, no decreto nº 4.887/03 (BRASIL, 2003) que regulamenta o processo de identificação e delimitação das terras quilombolas, fundamentada no princípio da autodeterminação. Bem como, na Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2004) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012) destacando seu artigo 1º que estabelece a importância:

Da memória coletiva; das línguas reminiscentes; dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; e da territorialidade. (BRASIL, 2012, p.01).

Como questões importantes na valorização do saber comunitário que se constitui como ferramenta pedagógica, para a afirmação identitária e a valorização do território ancestral quilombola, que vem para contribuir no princípio da compreensão das diferenças dentro do espaço escolar, por meio, da descolonização do currículo. Tais mecanismos legislativos apresentados dialogam com a educação popular, porque, abrem espaço para compreender que o **quilombo**² se constitui em um universo de saberes comunitários ancestrais que devem estar inseridos nos conteúdos programáticos das escolas que atuam dentro desses territórios, visando uma nova abordagem educativa que valorize o saber dessas comunidades, afirmando a identidade étnica dos educandos quilombolas.

O trabalho com a valorização do saber de comunidade tem como finalidade fomentar junto aos educandos uma identidade positiva dos saberes/fazeres ancestrais do povo negro na diáspora, esses saberes/fazeres procedem do ato de ensinar ou, em outras palavras, da “experiência realmente fundante do aprender” (FREIRE, 1996, p. 26). E é nessa experiência que se fundamenta o saber popular repleto de processos simbólicos que juntos formam a *práxis* comunitária que identifica o sujeito como sujeito social participante (MELO NETO, 2015).

Fundamentamos nossa abordagem sobre a inter-relação do saber de comunidade e o saber da escola, por meio, da educação popular e da visibilidade das práticas de cura presente no conhecimento das ervas medicinais na comunidade quilombola de Paratibe. Para isso, direcionamos nossa ação, começando por introduzir de forma pedagógica a presença das ervas medicinais na religião de matriz africana e na cultura do povo quilombola. Trabalhando com os alunos, a partir, de um breve levantamento, as seguintes problemáticas: Qual era o conhecimento deles sobre ervas medicinais? Se já tinham tomando algum tipo de chá? E se na casa deles era costume essa prática? Visando situar seu conhecimento prévio sobre o assunto, solicitamos que realizassem essa pesquisa em casa e que a entregasse na semana seguinte.

Fizemos uma roda de conversa em sala relacionando as respostas dos alunos trazidas do seu convívio familiar com a importância histórica do uso das ervas medicinais pelo povo negro, principalmente, pelo povo quilombola. Concluída essa fase inicial, de sondagem sobre o conhecimento prévio dos alunos, foram obtidas diversas informações relevantes, que nos

² Trabalhamos nesse artigo com as categorias de quilombo ancestral: lugar de negros fugidos e semelhantes ao quilombo africano segundo Ratts (2003) e Munanga (1995) e de quilombo contemporâneo: lugar de vivências múltiplas culturais, aprendizagem e resistência na Diáspora Africana encontrados em Arruti (2006), Almeida (1996).

possibilitaram perceber que alunos quilombolas e não quilombolas tinham o costume em seus lares de utilizarem ervas medicinais como um viés de cuidado alternativo.

Passamos, a partir desta constatação para a segunda etapa, em consonância com dois projetos que acontecem anualmente na escola: a semana da alimentação saudável e o Projeto Quilombola (COSTA, 2016), para isso, nós entramos em contato com Dona Silvinha para organizar a sua vinda à escola para falar e demonstrar as diversas formas de utilização das ervas medicinais no quilombo de Paratibe, essa ação aconteceria na semana de culminância desses referidos projetos.

Confirmada a presença de Dona Silvinha anciã da comunidade quilombola de Paratibe e conhecedora das ervas medicinais, passamos para a terceira etapa do processo educativo, no qual preparamos os alunos para a sua chegada e o espaço para que ela pudesse junto com eles partilhar esse momento, explicando previamente qual seria a importância da fala da anciã, que eles poderiam livremente fazer perguntas conforme fossem surgindo suas dúvidas explicitada a ação, entremos em contato com a gestão escola que nos disponibilizou a sala de informática para que pudessemos realizar essa vivência.

No dia marcado fomos buscar Dona Silvinha na sua casa para a realização da aula, muito animada ela nos relatou que nunca tinha ido à escola falar sobre esse assunto, então por isso, tinha separado as ervas medicinais que considerava mais importante para o trato do adoecimento, chegando à escola, as turmas já estavam organizadas e o espaço onde seria ministrada a aula também. Dona Silvinha iniciou sua fala perguntando aos alunos se eles sabiam o nome e pra que serve as ervas que ela tinha trazido para aquele momento. Muitos alunos participaram relatando que já tinha visto, uns sabiam o nome popular, outros nunca tinha visto, o importante a ser destacado nessas falas é a percepção do conhecimento prévio das ervas entre alunos quilombolas e não quilombolas que se pronunciaram neste momento, fato que nos dá conta de como o uso das ervas medicinais, estão presentes no cotidiano, como vemos nas imagens abaixo.



Dona Silvinha e os alunos da EMEF Antônia do Socorro Silva Machado. Fonte: I.E.C.



Alunos da EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, participando da aula. Fonte: I.E.C.

A participação dos alunos foi contínua, uns demonstrando conhecimento sobre as ervas medicinais trazidas pela anciã, outros demonstrando desconhecimento, mas interesse em aprender junto com ela. Preferimos por deixar Dona Silvinha falar livremente dialogando com o alunado, sem colocar para ela um roteiro, o que queríamos de sua fala é fazer com que os discentes compreendessem o valor das ervas medicinais no saber popular do quilombo de Paratibe, a partir do lugar de fala de uma anciã quilombola, visando destacar o conhecimento que as anciãs possuem e o porquê da necessidade de ser preservado como saber que cura, por meio da natureza.

Do conjunto de ervas que foram trazidas por Dona Silvinha no momento de sua aula, foi organizado posteriormente pelos alunos com a nossa ajuda um quadro com as ervas apresentadas pela anciã com seu nome popular e sua função de cura, não nos atemos a procurar seus nomes científicos, por que queríamos salvaguarda os nomes populares, que estão dentro do cotidiano da comunidade, valorizando as práticas de cura do povo quilombola. Conforme destacamos no seguinte quadro abaixo.

Tabela 1. Os chás das Ervas Medicinais da Comunidade Quilombola de Paratibe, João Pessoa – PB.

Nome Popular	Função
Hortelã do Mato Boldo.	Cólica e Dores abdominais.
Vick, Hortelã, Boldo.	Vômito, Diarreia e Gripe.
Hortelã da Folha Grossa.	Coqueluche e Expectorante.
Coité + Capim Estrela.	Diabete.

A cada explicação de Dona Silvinha sobre a função de cada erva medicinal, os alunos foram interagindo e solicitando as receitas desses chás para a utilização em entes queridos que estavam doentes, sendo as ervas que estabilizam o Diabetes uma das mais solicitadas pelo alunado. Esse momento de troca entre a anciã e os discentes foi muito rico, pois, possibilitou que estes tivessem o contato com uma outra perspectiva da prática de cura por meio das ervas, um conhecimento ancestral que permanece vivo nos saberes/fazeres dos idosos da comunidade quilombola de Paratibe e que é necessário a preservação desse saber. Por isso, uma experiência como essa se torna importante por que abre espaço para que o saber de comunidade esteja dentro da escola, desconstruindo preconceitos e valorizando as vivências negras na diáspora.

Considerações finais

Resta para finalizar este relato de experiência refletir sobre a importância da preservação da cultura popular dos povos tradicionais, em destaque das comunidades quilombolas, a exemplo de Paratibe, onde realizamos esta vivência.

Durante muito tempo o discurso científico relegou ao segundo plano o saber popular em termos de práticas de medicina popular. O processo de exclusão da população negra dos espaços políticos e o racismo institucional se perpetuou no pós-abolição da escravidão negando oportunidades ao povo negro e remanescente de quilombos. O discurso científico teve um papel fundamental na legitimação da visão de desigualdade entre os grupos étnicos que foram racializados, processo que resultou na legitimação da desigualdade racial no Brasil.

A luta pela igualdade racial no Brasil, perpetrada pelo Movimento Negro, fez refletir em políticas públicas de revalorização da cultura negra e afro-brasileira. Os quilombos aparecem então como um local de resistência cultural na diáspora africana. Paralelo a este processo de afirmação das lutas do povo quilombola, vemos um interesse cada vez maior do Estado, da sociedade civil e das academias nas práticas de medicina popular com valorização das plantas medicinais e de métodos de cura fitoterápicos. Neste sentido, o Estado instituiu uma política pública específica através do Decreto Nº 5.813/2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com referência expressa à importância das comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas.

A referida vivência traz a tona os princípios da educação popular, pois parte da experiência de sujeitos da própria comunidade para relatar sobre as práticas culturais de medicina popular praticadas ancestralmente na comunidade. A escola neste sentido se converte em uma importante

mediadora no processo de construção do saber a partir dos sujeitos envolvidos neste processo valorizando as raízes culturais da comunidade, suas práticas de cura, seus saberes e sua cultura, contribuindo para a preservação dos saberes e das práticas dos ancestrais para as futuras gerações. Tal vivência vem a somar forças às políticas voltadas à educação quilombola como forma de construção de um saber que valorize as experiências culturais da população quilombola de Paratibe e convide a população a construir, para as novas gerações, um saber a partir das vivências ancestrais a partir das falas dos mais velhos.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In SMDDH; CCN. (Org.) Frechal. **Terra de Preto: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís: 1996, p. 11-19.

AMOROZO, M.C.M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DISTASI, L.C. **Plantas medicinais: arte e ciência**. São Paulo: UNESP, p.47-68.1996.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. 1. ed. Bauru: Edusc, 2006. 368 p.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 02/05/ 2017.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. CNE/CP 3/2004 de 10/03/2004. Distrito Federal, Outubro, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Decreto Nº 5.813**, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e dá outras providências.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de Novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.portaldaignaldade.gov.br/porta-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: Outubro/2015.

CAVALCANTE, Y. Y. L. **O ensino de geografia na educação quilombola: experiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado – Comunidade Negra Paratibe – PB**. João Pessoa, 2013. Dissertação de Mestrado – PPGG/UFPB.

CAVAGLIER, Maria Cristina dos santos; MESSEDER, Jorge Cardoso. Plantas Mediciniais no Ensino de Química e Biologia: Propostas Interdisciplinares na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 14, n. 1, p. 055-071, 2014.

COSTA, I. E. **A resignificação da identidade quilombola na Comunidade de Paratibe, João Pessoa - PB: Uma análise a partir dos processos de resistência**. Dissertação de Mestrado. PPGDH/NCDH/UFPB/2016.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicinas e curandeirismo no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária. 2011.

FERREIRA, André Luís de Souza; BATISTA, Caio Augusto dos santos; PASA, Maria Corette. USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MATA CAVALO EM NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO–MT, BRASIL. **Biodiversidade**, v. 14, n. 1, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra.1996.

GAUDILLIÈRE, Jean-Paul. **Biomédecine**. In: FASSIN, Didier; HAURAY, Boris. *Santé Publique*. L'état des savoirs. Paris: La Découverte, 2010. (13-22).

GONÇALVES. M. R., **Relatório Técnico de Titulação e Delimitação do Território da Comunidade Negra de Paratibe**, João Pessoa: 2012.

JUNGMANN, Diana de Mello. **Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente / Diana de Mello Jungmann, Esther Aquemi Bonetti**. – Brasília: SENAI, 2010.

LE BRETON, David **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACEDO, M.; CARVALHO, J. M.; NOGUEIRA, F.L. **Plantas medicinais e ornamentais da área de aproveitamento múltiplo de Manso, Chapada dos Guimarães, Mato Grosso**. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2002.

MACHADO. Roberto. **Danação da norma**. Edições Graal Ltda: Rio de Janeiro, 1978.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação Popular: enunciados teóricos**. João Pessoa: Editora do CCTA, UFPB, 2015.

MUNANGA, Kabengele. "Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil". QUINTAS, Fátima (Org.). **O Negro: Identidade e Cidadania, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro**, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1995.

RATTS, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos – Territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (Orgs). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

SALES, G. P. S. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim – Areia – PB. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. Vol. 1, 2009.

Recebido em 14 de junho de 2017.
Aceito em 25 de setembro de 2017.